

# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

para casamentos, baptiza casamentos, bapti para casamentos, baptiza casamentos, bapti  
santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E  
nua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua  
mida Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante  
te e do excellent chowate e do excellent chowate e do excellent chowate e do excellent chowate  
hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em  
S, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos  
milla Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia  
J. Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691  
ha de docemente de 2  
Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem  
especialidades em doces, especialidades em doces, especialidades em doces, especialidades em doces  
para casamentos, bapti para casamentos, bapti para casamentos, bapti para casamentos, bapti  
santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E  
nua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua  
mida Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante  
te e do excellent chowate e do excellent chowate e do excellent chowate e do excellent chowate  
hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em  
S, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos  
milla Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia  
J. Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691





**Obra publicada pela  
Universidade Federal de Pelotas**

Reitor: Prof. Antonio Cesar G. Borges  
Vice-Reitor: Prof. Telmo Pagana  
Xavier

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Vitor Hugo Borba Manzke

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Eliana Póvoas Brito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Manoel de  
Souza Maia

Pró-Reitor Administrativo: Francisco Carlos Gomes  
Luzzardi

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Élio  
Paulo Zonta

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Volmar  
Geraldo da Silva Nunes

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Antonio Jorge Amaral Bezerra

Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara

Prof. Dra. Isabel Porto Nogueira

Prof. Dr. José Justino Faleiros

Profa. Lígia Antunes Leivas

Profa. Dra. Neusa Mariza Leite Rodrigues Felix

Prof. Dr. Renato Luiz Mello Varoto

Prof. Ms. Valter Eliogabalos Azambuja

Prof. Dr. Volmar Geraldo Nunes

Prof. Dr. Wilson Marcelino Miranda

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

*Diretor:* Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

*Vice-Diretor:* Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA**

*Coordenadora:*

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

*Membros do NDH:*

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Jr.

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

*Técnicos Administrativos:*

- Paulo Luiz Crizel Koschier

- Ivoni Fuentes Motta

**HISTÓRIA EM REVISTA**

Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

*Comissão Editorial:*

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

*Conselho Editorial:*

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temistocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos  
Aires).

*Editora:*

Profª. Dra. Lorena Almeida Gill

*Editoração e Capa:*

Paulo Luiz Crizel Koschier

**Editora e Gráfica Universitária**

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53) 3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

**Impresso no Brasil**

*Edição: 2008*

ISSN – 1516-2095

*Tiragem: 300 exemplares*

**Dados de catalogação na fonte:**

Ayde Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de  
Ciências Humanas. Universidade Federal de  
Pelotas. v.14, (dez. 2008). – Pelotas: Editora  
da UFPel, 2008.  
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de  
Documentação Histórica. Instituto de Ciências  
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

IMAGEM DA CAPA: Praça Coronel Pedro Osório  
(Pelotas/RS), do livro "Rio Grande do Sul: Imagens da  
Terra Gaúcha", de Morency do Couto e Silva, 1942  
(Acervo da Biblioteca de Ciências Sociais da UFPel).

**Indexada pela base de dados Worldcat  
Online Computer Library Center**

**PEDE-SE PERMUTA  
WE ASK FOR EXCHANGE**

**UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas**

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 – 5523 (r. 204)

Fone/Fax: (53) 3278-6765

<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh>

*e-mail:* ndh@ufpel.edu.br

# PROTESTO OPERÁRIO, REPRESSÃO POLICIAL E ANTICOMUNISMO: APONTAMENTOS INICIAIS (RIO GRANDE 1949, 1950 E 1952)

Worker protest, policeman repression and anticommunism: initial notes (Rio Grande 1949, 1950 and 1952)

Mário Augusto Correia San Segundo<sup>1</sup>

---

**Resumo:** No artigo se analisará as tentativas de controle social exercido sobre o movimento operário da cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, por parte da força policial do Estado e outros atores sociais, durante três conjunturas de protesto operário: a greve contra a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos em 1949; a manifestação do 1º de maio de 1950; e a greve geral de 1952, contra a carestia do custo de vida. As estratégias de dominação estudadas são a repressão policial e o anticomunismo. Este texto é resultado de uma pesquisa em andamento, portanto, nele se apresentará, principalmente, os caminhos gerais que se seguiu na análise das fontes, assim como alguns resultados parciais a que se tem chegado.

**Palavras-chaves:** movimento operário – relações de dominação – protesto

---

## Introdução

Neste artigo se apresentará uma pesquisa sobre a tentativa de controle social exercido contra o movimento operário, por parte do Estado e setores sociais conservadores na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, durante três momentos de mobilizações operárias que são: a greve contra a entrada de navios estrangeiros na Lagoa dos Patos em 1949; a manifestação do 1º de maio de 1950; e a greve geral de 1952, contra a carestia do custo de vida. Este texto é uma síntese momentânea de um estudo maior em andamento e que resultará em uma dissertação de mestrado.

O texto será estruturado da seguinte forma: nesta introdução além de apresentar a pesquisa que deu origem ao artigo, se demonstrará algumas opções teóricas e metodológicas seguidas até então; nas três seções posteriores se discorrerá sobre os períodos de mobilizações estudados, afim de demonstrar o material empírico que sustenta a análise da temática; nas considerações finais, constará um pequeno esboço de algumas conclusões a que se chegou até o

---

<sup>1</sup> Mestrando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [contramola@yahoo.com.br](mailto:contramola@yahoo.com.br)

momento.

O conceito central que se tem perseguido para embasar a pesquisa teoricamente é o de "controle social" e por ele entende-se não apenas uma força reativa, que só é exercida quando algo sai da ordem que determinado grupo da sociedade estabeleceu como normalidade, mas também como o meio através do qual *"um grupo ou classe impõem sobre outra classe suas idéias a respeito do que são os hábitos e atitudes adequadas a essa classe"*. (THOMPSON, *apud*. ZEDNER, 1996, p. 139)

Este controle pode ocorrer, como nos casos analisados, através da propaganda do anticomunismo, que não é repressão física direta e reativa, mas sim construção de um modo de ver o mundo, que se pretendia adequado aos operários de Rio Grande, ou através da coação física, com o uso de aparatos repressivos armados.

Sobre o sistema repressivo que atuou contra o movimento operário em Rio Grande, sabe-se que era coordenado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RS). Este departamento policial pertencente a Polícia Civil, era órgão do governo estadual e aqui no Estado, foi montado em 1937. (BAUER, 2006)

Nos protestos estudados a repressão policial atuou de maneira enfática, prendendo manifestantes, espancando, e nos casos de 1950 e 1952, matando operários que participavam dos protestos.

Marcelo Badaró Mattos (2003, p.78) afirma que a "formação de um corpo policial profissional esteve estreitamente vinculada à preocupações de controle sobre o 'mundo do trabalho'". As greves, apesar de terem sido asseguradas como direito na Constituição de 1946, sofreram imensas barreiras, proporcionadas pela regulamentação da lei que, feita através de decreto do governo Dutra, possibilitou que elas seguissem sendo tratadas como crime.(MATTOS, 2003)

Ainda sobre a repressão policial, ela é classificada por Lucia Zedner, como um método formal de controle social, que é

[...] a capacidade da sociedade de se auto-regular, bem como os meios que ela utiliza para induzir a submissão a seus próprios padrões. Repousa na crença de que a ordem não é mantida apenas, nem sequer principalmente, por sistemas jurídicos ou sanções formais, mas é, sim, o produto de instituições, relações e processos sociais mais amplos. (ZEDNER, 1996, p.138)

Sobre o outro elemento a ser analisado, o anticomunismo, deve-se antes situá-lo, pois esta ideologia manifestou-se em diversos momentos e

lugares de formas diferenciadas. Sabe-se que neste período, pós-Segunda Guerra Mundial e em meio a um processo de redemocratização após a ditadura Vargas, os “trabalhadores do Brasil” estavam retomando um protagonismo político, pois agiram destacadamente desenvolvendo lutas pela ampliação e efetivação de direitos trabalhistas, contra a carestia do custo de vida, entre outras. Em meio a isso houve uma forte rearticulação do PCB, que foi posto na legalidade em 1945 para ser considerado novamente ilegal em 1946, quando passou a agir no meio operário de maneira semi-clandestina com considerável influência, o que também ocorreu em Rio Grande.

No entanto, foi também um período marcado pelo anticomunismo, que teve sua intensificação com o começo do que veio a ser chamado de *Guerra Fria*, que marcou fortemente o processo das lutas políticas no mundo, as ideologizando de forma polarizada entre comunistas e capitalistas. A disputa política, econômica e militar entre Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pela influência e controle de regiões no globo (HOBBSAWM, 1998), também causou conseqüências para o movimento operário de países periféricos como o Brasil.

Uma destas conseqüências foi a *propaganda anticomunista*, usada por vários setores da sociedade para a disputa ideológica contra os comunistas e qualquer grupo, mesmo que não comunista, que realizasse ações consideradas subversivas ou fora dos parâmetros “democráticos” ocidentais. A conseqüência prática foi a repressão física do movimento operário e dos trabalhadores em geral, através do uso dos instrumentos de controle sociais estatais, como a Polícia dirigida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no caso estudado.

Segundo Carla Luciana Silva, o anticomunismo não apareceu na sociedade só em momentos de perigo à ordem, mas sim como propaganda sistemática para legitimar políticas conservadoras.

Em diferentes momentos da história política brasileira o ‘anticomunismo’ foi uma forma encontrada pelas elites políticas para legitimar políticas conservadoras. As práticas anticomunistas existem e têm importância histórica não apenas enquanto reação em momentos de instabilidade social. (SILVA, 2001, p.32)

Portanto a estratégia de análise utilizada na realização da pesquisa e que será reproduzida em parte neste texto é: através do estudo de três conjunturas de protestos operários, analisar como ocorreu o processo de repressão ao movimento operário por parte da força policial, assim como a justificativa ideológica do anticomunismo, utilizada por diversos setores da sociedade riograndina no intuito de legitimar a repressão física como maneira de controle

não apenas de comunistas, mas dos trabalhadores da cidade como um todo. Com isso, centrando a pesquisa nas relações de dominação de classe.

A opção do estudo do movimento operário em períodos grevistas e de protestos é importante para este caso, pois nestes momentos ficam evidentes algumas visões de mundo dos trabalhadores que se materializam em ações, que, em tempos de calmaria, ficam ocultas na rotina. Ao mesmo tempo, as posições e ações dos que buscam o controle dos operários vem à tona, ao se fazer necessário a ação repressiva para impor limites ao rompimento da normalidade por parte dos trabalhadores. Como afirma Michelle Perrot

[...] numa greve encontramos articuladas uma variedade de instâncias (...) como um local de conflito, ela multiplica as relações entre classes e grupos sociais, que estamos acostumados a ver confinados nos seus compartimentos próprios. Não são apenas os trabalhadores que ela nos apresenta, mas a classe dos empregadores, o Estado e a opinião pública, tal qual aparecem no espelho posto a sua frente pelos trabalhadores. Uma greve é uma relação dinâmica. (PERROT, *apud* MATTOS, 2003, p.100)

Isso permite que a nós, seja possível não apenas a pesquisa sobre protestos e greves, como também a pesquisa sobre seus, por vezes, antagonistas e os sistemas de dominação social acionados para o controle do “mundo do trabalho”.

### **A greve e as manifestações operárias em março de 1949**

No dia 8 de março do ano de 1949, na cidade de Rio Grande, ocorreu uma greve operária que paralisou parte da produção industrial local, o porto e promoveu passeatas pela cidade, finalizadas com um comício na Prefeitura Municipal.

O principal motivo das mobilizações foi o repúdio à entrada de navios de bandeira estrangeira no interior da Lagoa dos Patos para atracarem no Porto de Porto Alegre, o que tirava postos de trabalho do Porto de Rio Grande e, segundo os comunistas, principais organizadores das manifestações, feria a soberania nacional.<sup>2</sup>

As mobilizações tiveram início pela manhã quando comissões de aproximadamente 200 pessoas<sup>3</sup>, saíram em caminhada visitando as principais

---

<sup>2</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 09/03/1949.

<sup>3</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. – 1949. Documento n° 501, pp.18 e 19, maço 16 E.23, estante 131-a, caixa 21. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

fábricas e oficinas, chamando outros trabalhadores a aderirem ao movimento paredista.

Sobre a extensão da mobilização, o jornal *O Tempo* do dia 9 de março fala em “enorme multidão”; já nas páginas do *Rio Grande* do dia 10 do mesmo mês, lê-se a informação de que, durante a manifestação, aproximadamente 4 mil operários foram paralisados. Estes dois jornais possuíam interesses na diminuição do impacto do movimento, devido a linha política que seguiam, bastante influenciada pelo anticomunismo.

Após as primeiras horas de paralisações de fábricas e outras atividades, a passeata seguiu até a prefeitura, onde se pretendia dialogar com o prefeito municipal, o que não foi possível por este estar ausente. No entanto, os manifestantes ocuparam as sacadas e janelas da prefeitura de onde proferiram discursos, instalando no local um comício.<sup>4</sup>

A greve foi duramente atacada pela imprensa comercial<sup>5</sup> da cidade, através de seus dois principais jornais, *Rio Grande* e *O Tempo*. Como se pode ler abaixo, como exemplo, eles afirmavam que

[...] a passeata dos trabalhadores, anunciada como um protesto contra a Navegação Estrangeira, nos Canais do Interior, tornou-se uma reivindicação de classe e serviu para assistirmos uma série de discursos algo violentos, que desvirtuaram as verdadeiras finalidades da reunião, pois os manifestantes foram pedir o apoio de outras correntes trabalhistas e estas abandonaram o serviço, prejudicando seriamente diversas das nossas indústrias.<sup>6</sup>

Essa matéria expressa um pouco como foi o tom das críticas feitas pela imprensa ao movimento, que havia paralisado as fábricas, ao invés de ter apenas mobilizado os trabalhadores do porto, pois esses é quem seriam os únicos interessados na pauta da navegação dos navios estrangeiros até Porto Alegre.

Também foi criticado o uso da greve como maneira de protesto, pois isso significaria um rompimento com a “ordem” e até mesmo com a “democracia”, ficando nítida uma censura às paralisações do setor industrial, como demonstra o trecho da matéria publicada no dia seguinte, no mesmo jornal:

Fora da ordem não há razão  
A cidade foi agitada por uma passeata dos trabalhadores do Porto, que mais

---

<sup>4</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 09/03/1949.

<sup>5</sup> Quando usar o termo “imprensa comercial”, estarei me referindo simultaneamente aos jornais *Rio Grande* e *O Tempo*.

<sup>6</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 09/03/1949.

tarde concitaram os seus colegas das fábricas e das oficinas, a aderirem ao movimento e desta forma, prejudicaram a vida econômica da cidade, aos seus próprios companheiros e sem resultados positivos, ao passo, que se tivessem feito somente a passeata com os trabalhadores do porto, que naquele dia ficaram sem trabalho, o movimento teria merecido simpatia e a causa que defendem ganharia força.

Por repetidas vezes, temos dito e hoje reafirmamos, que não terão nunca o nosso apoio, os movimentos que sirvam para perturbar a ordem e desrespeitar as autoridades constituídas, pois se somos democratas, devemos lutar pacificamente, através da imprensa, do rádio e dos comícios, e fazendo com que os nossos representantes, nas câmaras municipais, estaduais e federais, defendam os interesses da coletividade e assim procedendo, evitaremos as reações violentas e os ataques individuais, que não se coadunam com a Democracia.

Esperamos, portanto, que os nossos operários se conduzam com apurmo; com patriotismo, não se deixando levar por quem quer que seja, pois fora da ordem e da disciplina não há razão e neste momento, mais do que nunca, precisamos de muito equilíbrio uma vez que se avizinha mais uma Eleição Federal e se não nos conduzirmos com correção haverá reação e esta, fatalmente, provocará a defesa das autoridades constituídas, que para manterem a ordem, lançarão mãos de uma Lei de Segurança, então depois colheremos o fruto da nossa imprudência, da nossa indisciplina, pagando tudo isso a juros altíssimos.

E cumprindo com o nosso dever de orientadores da opinião pública, é que estamos apelando indistintamente a todos os homens de Rio Grande, no sentido de se conduzirem com elevado patriotismo, pois assim exigem os interesses do nosso grande e amado Brasil.<sup>7</sup>

Os principais articuladores da greve foram os comunistas, porém como se pode perceber nas matérias acima citadas, a imprensa não os atacou diretamente, mas apenas os métodos utilizados. Isso vai mudar no decorrer do período radicalmente, pois a imprensa comercial, já a partir deste mesmo ano, desencadeou um posicionamento sistemático de combate aos comunistas, acusando estes como responsáveis por qualquer movimentação operária da cidade que fugisse da ordem.

Sobre a repressão policial, já no dia 10 de março o trabalho voltou ao normal, tendo a polícia aumentado o efetivo a fim de assegurar a entrada dos trabalhadores nas fábricas na manhã seguinte à greve.

Depois de um dia de expectativa geral, despertada pelo movimento coletivo grevista de protesto de terça-feira última, quando cerca de 4.000 operários de várias atividades suspenderam o seu trabalho, a cidade voltou ontem a sua vida normal, reiniciando as fábricas o seu movimento regular.

A ordem foi integralmente mantida, graças a serenidade e indormida vigilância da nossa polícia, tendo os Sr. Dr. Uyracaba Salvado e Ewaldo Miranda, respectivamente Delegado Regional e Delegado de Polícia, desenvolvido intensa atividade naquele sentido, mantendo contacto ininterrupto com os comando da

---

<sup>7</sup> O Tempo. Rio Grande, 10/03/1949.

Guarnição Federal e do Batalhão de Guardas da Brigada Militar e com o Coronel Chefe de Polícia em Porto Alegre.<sup>8</sup>

Se o anticomunismo ainda não havia invadido as páginas da imprensa comercial, a “indormida” polícia garantiu o embate aos protestos. Vários manifestantes foram presos em decorrência da greve, na sua maioria comunistas. Não se tem ao certo quais e nem o total de pessoas, mas os processados oficialmente pela greve foram Euclides Pinto, Aldovar Mattos, Antonio Rechia, João Aquino, Alexandre Doral Reis, Manuel Rechia e Palmor Martins.

Na manhã do dia 8, quando eclodiu a manifestação que resultou na paralisação da produção em várias fábricas, pode-se saber através dos depoimentos que constam nos processos-crime relativos a estes incidentes, que vários responsáveis pelas linhas de produção, diante da presença de piquetes paredistas, entraram em contato com a força policial afim de requisitarem proteção, o que foi negado com a alegação de falta de contingente suficiente para fazer qualquer coisa em relação ao número de manifestantes envolvidos nas passeatas. Como exemplo, isso fica explícito no depoimento de Oscar Luiz Osório Rheingantz, que era gerente auxiliar da Cia. União Fabril, fornecido à Polícia e usado no inquérito contra os manifestantes. Nele afirma que,

[...]antes de receber a comissão de manifestantes, indagara da Delegacia de Polícia, se essa podia fornecer os recursos necessários afim de garantir o patrimônio do estabelecimento no caso de um assalto e depredação à fábrica, assim como medidas asseguratórias à liberdade de trabalho de seus operários, tendo obtido a resposta de que a polícia no momento não dispunha desses recursos; que a deliberação da cessação das atividades do estabelecimento foi motivada por esta falta de garantias do Poder competente e em face da atitude hostil da turba de manifestantes[...]

Também procurou o Comandante da Unidade da Brigada Militar solicitando efetivo para assegurar o trabalho da tarde, recebendo a resposta de que a Brigada “não dispunha de efetivos para atender tal pedido.”<sup>9</sup>

O resultado disso foi a ocorrência da greve e da passeata, sem que se registrasse nenhum confronto entre a polícia e manifestantes. No entanto, algumas notícias publicadas na imprensa informam do reforço enviado à cidade para evitar a ocorrência de mais protestos. “Afim de cooperar com a polícia de Rio Grande, veio de Porto Alegre, uma turma de elementos especializados da polícia social e da chamada ‘polícia de choque’ que desenvolveram aqui grande atividade, tendo ontem realizado diversas e

---

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>9</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. *Op. Cit.*– 1949. Documento n° 501, pp. 21 e 22, maço 16 E.23, estante 131-a, caixa 21. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

movimentadas prisões.”<sup>10</sup>

Através da notícia pode-se também saber que a principal atitude da polícia para dismantelar o movimento foi a prisão dos que foram considerados os principais líderes das manifestações. Essa ação poderia servir tanto para reprimir fisicamente a possibilidade da realização dos atos, se prendesse as pessoas certas, como para amedrontar outros que quisessem tomar o lugar à frente das manifestações em substituição dos dirigentes presos.

O fato é que, ou por eficiência da polícia ou por puro não-planejamento da continuidade dos atos por parte dos manifestantes, não se tem notícia alguma de tentativas de prosseguimento do movimento no dia 9 de março. A produção estava garantida novamente!

Dia 10 de março, uma nota publicada na imprensa pela polícia, assinada pelo Delegado Regional de Polícia Uyracaba Ballesté Salgado, avisava aos possíveis resistentes que

A delegacia Regional de Polícia, no intuito de esclarecer a opinião pública, informa que em conformidade com a Constituição somente são permitidas passeatas, comícios, ou outras manifestações populares, com a prévia autorização da autoridade policial.

Sem esta satisfação legal que permite oferecer as medidas de garantia necessárias, serão considerados comuns desordeiros, e portanto sujeito a enérgica repressão policial, todos aqueles que tentarem, sob qualquer pretexto, saírem a rua em grupos, em desfile público.

Em consequência, serão direta e pessoalmente responsabilizados todos aqueles que pretendam perturbar a ordem pública, em cuja garantia está a polícia, apoiada pela força militar, vivamente interessada.

De outro lado, e a partir do momento, estão terminantemente proibidas quaisquer manifestações em céu aberto, sem aquela prévia aprovação, que por sua vez dependerá ainda da aquiescência da Chefia de Polícia do Estado.

Cumpra-se.<sup>11</sup>

Nesta nota, fica nítido o propósito da intimidação, com o uso de artifícios “legais” para justificar, se necessário, o emprego da força física contra os manifestantes, que se não foi usada desta vez, o será em 1950 e 1952, como veremos adiante. Ao mesmo tempo em que ocorria a intimidação, os instrumentos para a efetivação da repressão física também já estavam à disposição, como acusa a presença de efetivos da tropa de choque de Porto Alegre na cidade.

A intervenção da polícia era bastante vinculada a uma visão generalizada na força pública do anticomunismo, usado como maneira de

---

<sup>10</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 10/03/1949.

<sup>11</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 10/03/1949.

justificar a repressão a qualquer tipo de manifestação operária, pois ao colocarem os comunistas como os principais articuladores, faziam crer que qualquer atitude mais radicalizada parecesse obra de “subversivos”.

Mas será que os 4 mil trabalhadores em greve na manhã de 8 de março em Rio Grande eram comunistas?

O anticomunismo foi utilizado como justificativa para emprego, se necessário, da força e da intimidação dos aparatos estatais contra os operários para a proteção da produção capitalista, em detrimento das exigências de direitos trabalhistas, como aumentos de salários e outros. Já os trabalhadores, na sua maioria certamente não estavam vinculados a nenhuma organização e nem ideologicamente comprometidos com nenhum grupo.

Se houvesse de fato 4 mil comunistas em Rio Grande, a história contada aqui seria outra, assim como a bancada do partido pelo qual concorriam os comunistas à Câmara de Vereadores da cidade, certamente seria maior do que dois entre treze vereadores.

No dia 16 de março nas páginas de *O Tempo* se lê que “a polícia riograndina continua em franca atividade, detendo mais comunistas” responsáveis pela passeata do dia 8 e que já haviam prendido, pelo visto, entre outros, “[...]os comunistas: Francisco Jardim Nunes, Euclides Pinto, Ciro Lucas da Conceição, Haroldo Guedes Miranda e Antonio Pereira Duarte”, além de ter apreendido toda a edição do jornal comunista *Voz do Povo* que era impresso nas oficinas da Sociedade União Operária (SUO).

Dos nomes apontados acima como comunistas não há maiores informações a não ser sobre Euclides Pinto, pedreiro que foi morto durante um confronto com a polícia no dia 1º de maio de 1950, nesta mesma cidade, e ao que tudo indica era realmente militante do PCB. Segundo o depoimento de Ney Pompeo, que era engenheiro chefe das obras da Fundação Casa Popular em Rio Grande e chefe de Euclides, no dia das manifestações, como de costume não ia visitar as obras pela manhã, mas foi procurado por seu auxiliar que o avisou de uma paralisação dos trabalhadores, tendo como figura central Euclides Pinto, empreiteiro nesta obra, que tinha sob suas ordens mais ou menos 20 trabalhadores. Segundo o auxiliar, Euclides fazia agitação com os seus operários tentando fazer com que os outros operários e empreiteiros também paralisassem o serviço afim de tomarem parte nas manifestações que ocorreriam naquele dia.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antonio Rechia, et al. – 1949. Documento nº 501, pp. 15-17, maço 16 E.23, estante 131-a, caixa 21. Arquivo Público

O anticomunismo, ainda velado, também continuou usado como ameaça iminente, mesmo após as manifestações já comentadas. Como exemplo, no edital da Repartição Central de Polícia, tornando público a liberação para o comício do dia 29, na praça Tamandaré, promovido pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, consta que foram tomadas as providências para que os seus objetivos não fossem desvirtuados, “dado que é do conhecimento das autoridades que elementos agitadores pertencentes ao extinto Partido Comunista assim o pretendam fazer.”<sup>13</sup> Isso indica elementos de um combate cotidiano da polícia aos comunistas, mas cabe indagar se o verdadeiro alvo seriam apenas os comunistas ou o movimento operário mais combativo como um todo?

No dia 20 de março uma matéria do *O Tempo* informa a libertação dos detidos e a volta dos vereadores Antonio Rechia e Vespasiano Corrêa, ambos comunistas, à Câmara Municipal de Vereadores, estes que segundo o jornal haviam sido presos devido a sua liderança no movimento grevista, que suspendeu a produção em fábricas, o que podia ser enquadrado como crime.

### Um 1º de maio sangrento em 1950

No dia 1º de maio de 1950, na cidade de Rio Grande, foi realizado um churrasco de comemoração ao dia do trabalhador, no local do então Parque Rio-grandense. A atividade foi convocada por grupos ligados ao movimento operário, principalmente os comunistas. Nela ocorreu além do churrasco, bancas de venda de comidas e refrigerantes, apresentação de bandas de música e discursos de oradores.<sup>14</sup>

Ao final da atividade, alguns oradores chamaram os presentes a sair em caminhada a fim de fazer uma última manifestação em frente à sede da Sociedade União Operária (SUO)<sup>15</sup>, que estava fechada por ordem do Ministro da Justiça desde maio de 1949.

A marcha saiu pela cidade, com uma banda de música e o pavilhão nacional à frente, com o grito de palavras de ordem e apresentação de cartazes e faixas, pedindo a reabertura da SUO e comemorando o dia do trabalhador. A

---

do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>13</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 29/03/1949.

<sup>14</sup> Anexo da Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n° 393, de 03/05/1950.

<sup>15</sup> A SUO era uma importante entidade construída pelo operariado de Rio Grande. Foi fundada em 1893, ocorrendo a instalação oficial no dia 1º de maio de 1894, quando a data foi comemorada pela primeira vez na cidade. Não se configurava como uma central sindical, mas cumpriu papel importante para o diálogo e unidade de ação dos trabalhadores.

quantia de participantes do churrasco e da marcha fornecidos pela imprensa e participantes varia: quanto ao churrasco, de mil a duas mil pessoas, a passeata de 400 a mil pessoas.

Nas imediações do campo do Esporte Clube General Osório a manifestação foi interceptada pelo delegado Evaldo Miranda do DOPS/RS, que exigiu a sua dispersão. Junto com Miranda estavam alguns policiais e soldados da Brigada Militar, que se encontravam dentro do estádio do Esporte Clube Rio Grande, próximo ao local do confronto, que estava lotado devido a uma partida de futebol comemorativa contra o time carioca Vasco da Gama<sup>16</sup>.

A partir dali começou uma briga com tiroteio, em que morreram três manifestantes: o pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e a tecelã Angelina Gonçalves. Também foi morto o ferroviário Osvaldino Correa, que havia saído do estádio de futebol em apoio aos manifestantes. No confronto também morreu o soldado da Brigada Militar Francisco Reis.

Várias pessoas ficaram feridas, tanto policiais quanto manifestantes, porém da parte dos manifestantes, muitos deles optaram por tratar seus ferimentos em casa com medo de que, ao irem buscar ajuda hospitalar, ficassem presos por envolvimento no conflito, o que dificulta qualquer contagem com um mínimo de precisão<sup>17</sup>. Um dos mais destacados feridos foi o vereador comunista Antonio Rechia, que ficou paralisado.

Na noite do dia 1º de maio, após o confronto, um ambiente de medo e insegurança parecia ter sido construído na cidade. Logo após o enfrentamento, todos os efetivos da cidade, do Exército e Marinha foram chamados aos quartéis para plantão, colocando a cidade em estado de alerta. Os dois hospitais de Rio Grande, em que se encontravam vários manifestantes feridos, ficaram sobre forte cerco e vigilância do Exército, que foi chamado devido ao temor de um ataque para resgatar os manifestantes. Também foi proibida a entrada de pessoas para visitarem os feridos.<sup>18</sup>

A imprensa comercial, a partir do dia seguinte, atacou a manifestação e assumiu a versão da polícia, defendendo-a de maneira intransigente e em nenhum momento abrindo espaço para a veiculação de opiniões divergentes.

As posições assumidas pela imprensa comercial ficam evidentes, por exemplo, com as notícias dos enterros dos mortos no dia 2 de maio: o do brigadiano, Francisco Reis, é relatado com louvores e detalhismo, como se

---

<sup>16</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 02/05/1950.

<sup>17</sup> **H.** Entrevista concedida a Diego Luiz Vivian. Rio Grande, 1º jun. 2004. p.07.

<sup>18</sup> **O Tempo.** Rio Grande, 03/05/1950.

verifica no trecho de jornal a seguir, enquanto os dos operários mortos são relatados tentando minimizar a participação de acompanhantes e de apoio popular.

Com grande acompanhamento, realizou-se ontem as 16 horas, o sepultamento do soldado Francisco Reis, a primeira vítima da sanha comunista que caiu bravamente na defesa dos interesses da sociedade. O corpo do malogrado soldado, foi conduzido primeiramente até a Matriz de São Pedro, onde foi encomendado, e depois foi dado a sepultura. Compareceram ao sepultamento, as principais autoridades e grande quantidade de povo, todos irmanados no mesmo sentimento de profunda dor, pelo golpe que os comunistas desferiram na sociedade rio grandense, manchando com sangue rubro das suas ambições contra os interesses da nossa pátria e da democracia.<sup>19</sup>

Nas páginas do jornal *Rio Grande* do dia 3 de maio, noticiou-se que o cortejo do soldado foi acompanhado por “incalculável multidão”, com a presença de autoridade civis e militares, já o dos operários por “crescido acompanhamento”.

Pode-se perceber, a partir desta última frase, uma evidente tentativa de minimizar o tamanho da mobilização popular no enterro dos operários. O Jornal *O Tempo* avaliou o cortejo que acompanhou o enterro dos operários como de “pouquíssimo comparecimento” e com forte vigilância policial, embora a declaração da vereadora comunista Guaraciaba<sup>20</sup> fale de um imenso cortejo de aproximadamente cinco mil pessoas.

Possivelmente este número é exagerado, mas entre “pouquíssimo comparecimento” e cinco mil pessoas, para uma cidade que possuía aproximadamente 64 mil habitantes na zona urbana<sup>21</sup>, há uma diferença considerável, por mais que o número seja superestimado. Neste caso, é discutível o conceito de “pouquíssimo”.

Outro elemento é a propaganda anticomunista vinculada às pessoas que faziam parte das manifestações operárias, o que também é um indicio de ação contra o movimento como um todo. Um exemplo é matéria veiculada pelo jornal *Rio Grande* no dia 16 de maio de 1950, em que convidava para a palestra anticomunista a ser realizada no prédio da Associação Comercial, pelo Capitão Walter Almeida, não se divulgando o promotor da atividade. No dia 12 de junho do mesmo ano, passado um mês da palestra, o *Rio Grande* dedicou quase página inteira a uma seleção de reportagens sobre a palestra anticomunista, no

---

<sup>19</sup> **O Tempo**. Rio Grande, 03/05/1950.

<sup>20</sup> Anexo da Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n°393, de 03/05/1950. p. 02.

<sup>21</sup> IBGE. [http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas\\_populacionais.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtm), planilhas: (populacao1950aeb\_22) e (populacao1950aeb\_23\_a\_26).

mesmo dia em que publicou uma matéria sobre a prisão, por estarem estes realizando panfletagem, dos “comunistas” Carlos de Lima Aveline, que era advogado trabalhista e editor chefe do jornal comunista *Voz do Povo* e Ladislau Vargas de Oliveira, do qual não há informações. A ligação pode ser significativa.

Sobre a repressão física, em relação à atuação da polícia, há duas versões com algum grau de unidade e coerência. Uma que referenda a ação da polícia, construída por ela própria, imprensa comercial e políticos que estavam contra os comunistas; e outra que coloca os operários como vítimas de uma repressão injustificada, construída pelos participantes da manifestação e por membros do PCB.

Os organizadores do churrasco pediram licença às “autoridades” para a realização das festividades. Segundo a declaração do delegado Miranda, a polícia concedeu a autorização apenas para o churrasco, pois “[...]sabia a polícia que a comissão organizadora era integrada por elementos reconhecidamente comunistas o que lhe não impediu de dar a necessária permissão, porque a Constituição garante o direito a reunião.”<sup>22</sup>

Porém na mesma declaração o delegado trata a passeata como uma “ilegalidade”, o que deixa implícito a proibição de qualquer manifestação extra ao churrasco. Tendo isto ocorrido, serviu como justificativa para a ação policial.

Já os operários acharam-se no direito de realizar a marcha e um ato em frente à sede da SUO, pois estariam exercendo a democracia e sua liberdade de expressão. A justificativa dada pela polícia para a repressão, em primeiro lugar foi a ilegalidade da própria marcha e em segundo o objetivo da marcha, que pretendia reabrir a sede da SUO “à força”, o que significava o desacato de uma ordem do Ministro da Justiça.

A versão sobre o início do conflito divulgada pela polícia e repetida pela imprensa comercial, foi a de que o delegado do DOPS, Evaldo Miranda e o tenente da Brigada Militar Gonçalves Carvalho, junto com alguns “poucos” praças da Brigada, saíram do estádio de futebol e dirigiram-se ao vereador Antonio Rechia que, segundo eles, era o “principal organizador” da manifestação e do churrasco. Ao estar conversando “amigavelmente com este”, segundo os policiais, o delegado Miranda foi agredido a socos e reagiu sacando o revólver, quando então os manifestantes começaram a atirar.

Já a versão dos manifestantes possui diferenças substanciais. Porém

---

<sup>22</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 03/05/1950.

esta só pode ser encontrada de forma plena em um único anexo de ata da sessão da Câmara de Vereadores de Rio Grande, em que a vereadora Guaraciaba Silva proferiu discurso expondo uma versão diferente dos fatos.<sup>23</sup>

Nele consta que os manifestantes avançavam para fazer um ato na frente da SUO, quando foram abordados pelo delegado com vários soldados e que o Tenente Gonçalino Gonçalves “já célebre por seu espírito arbitrário e turbulento” deu a seguinte ordem “ouvida” por manifestantes, “atirem no bolo”, atirando ele mesmo em Angelina Gonçalves, enquanto o delegado do DOPS disparava contra Euclides Pinto.<sup>24</sup>

Além disso, a vereadora argumentou que os manifestantes não portavam armas e que se defenderam com pedras e paus que encontraram pela rua; os disparos dados pelos manifestantes teriam ocorrido com armas tomadas de policiais durante o confronto e foram por defesa. Salientou também que a prova disso era o enorme número de manifestantes feridos e mortos se comparado com os policiais.<sup>25</sup>

Pode-se adiantar também, que nos laudos de balísticas que constam nos processos-crime a respeito do episódio, pelo que já se pode apurar, no mínimo dois dos manifestantes mortos foram atingidos com projéteis na nuca, parte traseira da caixa craniana, o que leva a crer, inicialmente, em execução ou em que estas pessoas foram atingidas enquanto fugiam, pois estavam de costas para a origem dos disparos.

Se estas afirmações seguirem se sustentando, fica nítida uma agressão franca da polícia ao disparar contra manifestantes em fuga e não contra manifestantes que enfrentavam a força pública. Isso pode bem desmascarar alguns argumentos policiais.

Este episódio intensificou, na cidade, um momento de propaganda anticomunista, com uma campanha de parte da imprensa comercial e das autoridades em geral, embora os comunistas não tenham sido os únicos participantes das manifestações.

Além disso, um período de perseguição e repressões violentas ao movimento operário foi aberto, diferente do que ocorrera em 1949, apesar das prisões realizadas. A justificativa era o combate aos “perigosos vermelhos”, que foi usada para tentar frear o movimento destes e de outros grupos de operários que se organizavam, porém muitos sem quaisquer ligações com o

---

<sup>23</sup> Anexo da Ata da Câmara Municipal de Rio Grande n°393, de 03/05/1950, p.01.

<sup>24</sup> *Ibid.* p.01.

<sup>25</sup> *Ibid.* p.01.

comunismo.

As conseqüências do conflito recaíram sobre todo movimento operário e não apenas sobre os comunistas, pois a partir daquele momento, qualquer manifestação operária foi vista pelas autoridades policiais, como uma tentativa de distúrbio da ordem e digna de ser tratada com brutalidade e repressão.

### **Greves e manifestações operárias contra a carestia do custo de vida em 1952**

No ano de 1952 a população do estado do Rio Grande do Sul estava enfrentando um aumento do custo de vida. O reflexo desta carestia em Rio Grande foi o descontrole nos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade como o leite, pão e a então chamada carne verde.

Como se observará neste caso, a carestia gerou descontentamento popular de grandes proporções, servindo como motivação para a realização de manifestações públicas de protesto contra o aumento dos preços.

No dia 26 de julho de 1952, houve na Praça Tamandaré, que é no centro da cidade, grande concentração popular de protesto contra o aumento do preço da carne aprovado pela prefeitura.<sup>26</sup>

No dia 29, nova manifestação foi realizada. No dia seguinte, os trabalhadores declararam-se em greve geral, cuja duração e desenrolar, não foi possível estabelecer. Apenas ao cair da noite, as autoridades municipais, diante da pressão popular, cederam e o preço da carne foi rebaixado ao nível antigo<sup>27</sup>.

Apesar desta conquista, houve a acusação de que a carne desapareceu dos açougues, o que gerou mais indignação. O jornal católico local *Cruzeiro do Sul*, no dia 9 de agosto escreveu que *"paira no ar, ainda uma atmosfera de incerteza a respeito do problema da carne. Falam-se em novos aumentos, depois da baixa verificada, enquanto nos açougues o bife vai se tornando cada vez mais raro"*.<sup>28</sup>

Vários indícios levam a entender que os tabelamentos realizados, por mais de uma vez geraram desabastecimento, o que pode ter agravado ainda mais a situação, pois se era ruim comprar caro, talvez tenha sido pior sequer poder comprar os alimentos.

---

<sup>26</sup> RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares das vítimas de 8/1952. Secretaria de Segurança Pública. Caixa: Critério de ordenação: SOPS/RG – 1.-.1.1.1 à 1.1.381.3.1. Comissão Acervo da Luta Contra a Ditadura / Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>27</sup> *Ibid.*

<sup>28</sup> *Ibid.*

Comissões de “operários e populares” foram formadas na cidade e estas assumiram a negociação com o poder público e a fiscalização para baixarem os preços. Conforme o documento abaixo

Comissões formadas por operários e populares entraram em entendimento com as autoridades, que nenhuma providência tinham tomado para o cumprimento do compromisso assumido anteriormente. As comissões exigiam o restabelecimento do mercado da carne e o rebaixamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade ao nível vigorante em dezembro do ano passado.

No dia 10 deste mês, a indignação popular chegava ao auge. Perto de 50 comissões, reunidas em assembleia geral, resolveram decretar a greve geral e convocar a população para reunir-se, na manhã seguinte, na mesma Praça Tamandaré.<sup>29</sup>

Como os problemas não haviam sido resolvidos, no dia 10 de agosto, as comissões, reunidas em número considerável, resolveram convocar uma greve geral para o dia seguinte. A greve ocorreu e reuniões foram realizadas o dia todo para as negociações entre a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (COMAP) e manifestantes. Segundo estes, aproximadamente 20 mil pessoas estavam mobilizadas na cidade, com a realização de passeatas e passagem em fábricas e comércio, momento em que se recrutavam os trabalhadores para a greve.<sup>30</sup>

Durante o dia 11 de agosto, duas tabelas foram elaboradas pelas comissões e rejeitadas, começando então uma repressão às manifestações por parte da Brigada Militar, Bombeiros e Polícia Civil, que usaram jatos d'água, espancamentos, bombas de gás lacrimogêneo e prisões.<sup>31</sup>

Na manhã do dia 12, a greve geral estava mantida, porém a polícia na tentativa de conter as manifestações havia realizado 17 prisões, daqueles considerados pelos policiais como os líderes das manifestações.

Vários manifestantes, três mil segundo os próprios, e em “bastante considerável número”, segundo o jornal *Rio Grande*, foram até a frente da delegacia de polícia exigir a libertação dos presos. Ao que tudo indica, estes foram recebidos a jatos d'água e com ordens de dispersão. Chegaram próximos ao portão do pátio da delegacia, quando os policiais começaram a atirar, matando de imediato os trabalhadores Jadir Félix dos Santos, portuário; Antonio Funchal, do Serviço Riograndino de Transportes; e Edílio Rodrigues, de profissão ignorada, que faleceu horas mais tarde, após a manifestação. Feriram gravemente Ramon dos Santos, ferroviário; Antonio Turnio; Ramão

---

<sup>29</sup> *Ibid.* p.1-2.

<sup>30</sup> *Ibid.*

<sup>31</sup> *Ibid.*

Robalo; Carlos Mario Oliveira e Silva; Ernesto Eston; Ernesto Daiman Escomba; e Roberto Dau, entre outros. Destes, o estudante Roberto Dau veio a falecer logo em seguida, em virtude dos ferimentos, totalizando quatro mortos.<sup>32</sup>

No jornal *O Tempo*<sup>33</sup>, encontram-se outros detalhes. Na segunda-feira, dia 11, às 5 horas da manhã começou a passeata de operários, formando “arrastão em fábricas e fechamento do comércio”, que significa manifestação com a passagem em fábricas para paralisar a produção e levar os operários que ainda trabalhavam para a greve, que pelo visto durou o dia todo, com irradiações do movimento pela Rádio Riograndina.

O jornal informa que quem estava à frente eram os elementos do PCB e que “apesar disso” a manifestação ocorreu dentro de certa ordem.

No dia 12, as manifestações estavam proibidas pela polícia, mas os manifestantes foram para a delegacia exigir a soltura dos vereadores Athaydes Rodrigues, Alfredo Cassahy e do Dr. Aveline, porém sabe-se que na verdade eram 17 os presos e não apenas estes que a manifestação exigia a libertação. O resultado, como já mencionado, foram as mortes e vários feridos.

No dia 13 de agosto, por volta das 10hs, foi realizado um cortejo pela cidade para o enterro dos trabalhadores mortos. O jornal *Rio Grande* noticia que o cortejo foi formado por “imensa massa popular”, mas não se arrisca em informar números. Já o documento escrito e assinado por participantes e familiares das vítimas, afirma que: “No dia seguinte, por ocasião do enterro das três primeiras vítimas mais de 15 mil populares, virando para cima a gola dos casacos, mas, em sinal de luto, exigiram, uma vez mais, a libertação dos presos e a punição dos criminosos.”<sup>34</sup>

Mesmo não podendo confiar na exatidão nos números mencionados acima, dois fatores levam a acreditar que estas manifestações foram de massas e com grandioso número de envolvidos. Primeiro, é que o número de participantes da greve apresentado pelos manifestantes era de 20 mil pessoas paralisadas e em mobilizações<sup>35</sup>. Este número pode estar superestimado, mas não iriam falar em tal montante para ocultar a participação de pouquíssimos grevistas, ou seja, independente de não ter sido os 20 mil pode-se afirmar com certeza a participação de milhares de pessoas nas manifestações. Em segundo

---

<sup>32</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 12/08/1952 e 13/08/1952. **O Tempo.** Rio Grande, 13/08/1952. RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares... *Op. cit.*

<sup>33</sup> **O Tempo.** Rio Grande, 13/08/1952.

<sup>34</sup> RIO GRANDE DO SUL. Representação dos familiares... *Op. cit.* p. 03.

<sup>35</sup> *Ibid.*

lugar, os dois jornais analisados, que, como já visto, possuíam motivos para diminuir a importância e extensão das manifestações, em nenhum momento arriscaram-se em quantificar os participantes, mas apenas usaram expressões como “imensa massa popular”, pois indicar números, mesmo que diminuídos, significaria, mesmo assim, falar em muita gente. Além disso, os jornais dão a entender que a paralisação das fábricas e comércio foram quase totais, caso contrário possivelmente a imprensa traria notícias “quentes” sobre a ineficiência da greve e das manifestações, o que em nenhum momento foi sequer cogitado.

No dia 13, findou-se a ocorrência das manifestações e ficou uma intensa ação da COMAP, que passou a publicar tabelas de preços quase que diárias na imprensa e a exercer uma fiscalização vigorosa. A imprensa também intensificou as denúncias contra comerciantes que vendiam produtos acima dos preços da tabela. Por isso, parece que as greves não foram em vão, pois obtiveram como resultado a ação das autoridades em relação a elevação indiscriminada de preços. Foi evidente que esta ação apenas passou a ocorrer de maneira mais eficaz após as manifestações, possivelmente para evitar novas revoltas populares.

Ainda sobre a ação da imprensa comercial naqueles dias, já após a manifestação mais violenta, a do dia 12 de agosto, o tom do discurso jornalístico do *Rio Grande* é muito enfático. Ocorre a responsabilização dos comunistas pelos enfrentamentos e dos trabalhistas, por serem as principais lideranças políticas da cidade e não terem agido, deixando a direção do povo nas mãos dos comunistas, como se o “povo” fosse uma marionete esperando uma direção.

Repudia a imprensa da capital que afirmou que o povo que saiu a rua era “inteiramente” comunista e que a cidade é composta por “imensa maioria” de comunistas. Admite que membros do extinto PCB estavam na direção dos acontecimentos, mas faz as ressalvas:

O povo foi dirigido por líderes comunistas, é bem verdade, mas a maioria dos que se encontravam nas ruas, nada tinham a ver com os fanáticos russófilos. Se os comunistas assumiram a liderança e levaram as massas ao motim, temos que agradecer unicamente aos nossos partidos políticos, que desertaram no momento em que deles mais se precisava, entregando o comando dos acontecimentos, entregando a direção do povo, aos membros do extinto PCB.<sup>36</sup>

A linha do jornal diante das manifestações salienta três questões principais: a razão dos trabalhadores que se manifestaram, pois o custo de vida

---

<sup>36</sup> **Rio Grande.** Rio Grande, 14/08/1952.

era muito elevado; o anticomunismo, pois os comunistas haviam enganado os trabalhadores, jogando-os na desordem; e as críticas tanto a prefeitura quanto ao PTB, por terem permitido, por conta da sua inação, que os comunistas dirigissem as manifestações, apesar de serem as principais forças políticas da cidade com forte influência sobre os trabalhadores.

No dia 10 de agosto, nas páginas de *O Tempo*, posicionou-se seu diretor, o trabalhista declarado Saul Porto, sobre a direção das manifestações e sobre a escassez de alimento:

Se não querem que os comunistas assumam novamente a liderança do movimento 'pró-barateamento da carne verde' os membros dos Partidos Democratas, devem vir imediatamente para o meio do povo, conclamando este para reuniões nas sedes dos seus partidos e com eles debatendo o angustiante problema da carne verde, pois a grande verdade é, que a situação que atravessamos já está provocando protestos, pois, na maioria dos açougues, muito cedo, não se encontra carne disponível para satisfazer uma parte mínima das necessidades do povo.<sup>37</sup>

Estes dois trechos são apenas exemplos do combate dado pela imprensa comercial e trabalhista contra os comunistas, ao mesmo tempo que buscavam "dirigir" os operários para termos aceitáveis aos setores empresariais e conservadores da sociedade riograndina.

Os comunistas não só foram atacados pelas páginas dos dois principais jornais de Rio Grande, na época, como tiveram que enfrentar a direção dada por estes órgãos de imprensa aos operários. O exemplo mais contundente disso é que nas páginas de *O Tempo*, se podia ler orientações explícitas às ações dos trabalhistas contra os comunistas, assim como maneiras de proceder em relação aos operários. Neste momento, em Rio Grande, os trabalhistas fizeram coro com os empresários e polícia, para desgastarem politicamente o PCB no meio operário, no intuito de não terem concorrência na preferência dos trabalhadores.

### **Considerações finais (repressão policial e anticomunismo)**

Para o caso estudado, o anticomunismo foi usado pela imprensa comercial, trabalhistas, empresários, governos municipal e estadual, atores que buscavam o controle operário, para que os trabalhadores organizados não realizassem atividades que fugissem aos interesses dos setores conservadores, mesmo que estas atividades nada tivessem a ver somente com os comunistas.

---

<sup>37</sup> *O Tempo*. Rio Grande, 10/08/1952.

Estes atores apontados acima, também usaram o argumento da participação dos comunistas nas manifestações narradas anteriormente, como justificativa para o uso da força policial contra os manifestantes e inclusive para as mortes de participantes, cujo os comunistas foram apontados, pela imprensa comercial, como os responsáveis.

O que estava em jogo não era a derrota dos comunistas, pois estes possivelmente, apesar de sua forte influência em Rio Grande, nunca chegaram a ameaçar o controle político ou militar da cidade. Mas a batalha era pelo controle dos operários, pois estes sim teriam a capacidade de ameaçar as autoridades estabelecidas, assim como o fizeram em 1952, mesmo quando a maioria dos comunistas da cidade estavam presos.

No entanto, o fato de mesmo com a repressão terem ocorrido diversas greves e manifestações no período, alerta para outra questão a respeito do controle social, que é a possibilidade dos indivíduos e grupos se contraporem à dominação, pois não são receptores passivos, que não possuem capacidade de romper com o conformismo, mesmo que sob coação, embora nem sempre isso aconteça. (ZEDNER, 1996)

Isso explica em parte o fato dos operários riograndinos, mesmo sob repressão policial e sendo ameaçados de serem punidos como comunistas, terem ido às ruas em vários momentos em busca de suas reivindicações.

## **Bibliografia**

BAUER, Caroline S. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar**: terrorismo de estado e a ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em História)

HOBSBAWM, Eric J. **Historia del siglo XX**. Bueno Aires: Crítica, 1998.

LONER, Beatriz Ana. A História Operária no Rio Grande do Sul. **História UNISINOS**, Número especial: V Encontro Estadual de História. São Leopoldo: PPG em História UNISINOS, p. 53-80, 2001.

MATTOS, Marcelo Badaró. (Org.). **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945-1964**. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.

PETERSEN, Sílvia R. F. **História Social do Trabalho no Rio Grande do Sul**. Introdução às conferências da “II Jornada de História do Trabalho no RGS”. Pelotas: NDH-UFPeI/GT Mundos do Trabalho da ANPUH, 2005. (dat.)

SILVA, Carla Luciana. **Onda vermelha**. Imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2001.

ZEDNER, Lucia. Controle social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom.(Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: J. Z. Editor, 1996.p. 138-139.

---

**Abstract:** In the article will be analyzed the attempts of social control exercised against the labor movement of the city of Rio Grande, in the State of Rio Grande do Sul, on the part of the force policeman of the State and other social actors, during three conjunctures of labor protest: the strike against the entrance of foreign ships in the Lagoa dos Patos in 1949; the manifestation of the May 1º, 1950; and the general strike of 1952, against the shortage of the cost of living. The dominance strategies studied are the repression policeman and the anticommunism. This text is resulted of a research in process, therefore, will be presented, mainly, the general roads that it was followed in the analysis of the sources, as well as some partial results.

**Key Words:** Workers movement - dominance relationships – protests

---

Mário Augusto Correia San Segundo  
contramola@yahoo.com.br

Artigo recebido em agosto de 2008  
Aprovado em setembro de 2008